



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000280510

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 1012341-53.2024.8.26.0405/50000, da Comarca de Osasco, em que é embargante GAHA COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, é embargado LIBRA II FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS MULTISSETORIAL.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 18ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Rejeitaram os embargos. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores ISRAEL GÓES DOS ANJOS (Presidente sem voto), HÉLIO MARQUEZ DE FARIAS E ERNANI DESCO FILHO.

São Paulo, 24 de março de 2025.

HENRIQUE RODRIGUERO CLAVISIO

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

Embargos de Declaração nº 1012341-53.2024.8.26.0405/50000

Embargante Gaha Comércio de Materiais de Construção Ltda

Embargados Libra II Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Multissetorial e Artec Pisos e Revestimentos LTDA (em recuperação judicial)

Comarca Osasco – 5ª Vara Cível

Voto nº 49876

Embargos de Declaração – Limitação da via que se destina a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição existente no julgado – Efeitos infringentes de caráter excepcional que exigem a ocorrência dos vícios elencados no artigo 1.022 do CPC – Impossibilidade de rediscussão de matéria – Preclusão – Exercício da jurisdição – Dever de preservação da ordem jurídica – Ausente omissão, contradição ou obscuridade a ser sanada – Prequestionamento incabível – Inviabilidade por falta dos pressupostos do artigo 1.022 do CPC.
Embargos rejeitados.

Vistos,

Cuida-se de Embargos de Declaração opostos contra o v. acórdão de fls. 374/382, visando eliminar contradição quanto a fundamento legal e regra de procedimento observada a questão de fundo, considerando para tanto os fatos da causa e natureza da pretensão, de modo que entende de rigor o provimento do recurso nos termos e para os fins reclamados, bem como para fins de questionamento dos dispositivos mencionados no recurso; (fls. 01/04).

É o relatório.

Como se sabe, limitado o uso da via para sanar obscuridade, omissão ou contradição porventura existentes no acórdão, não servindo os embargos à rediscussão da matéria já julgada no recurso, de modo que implica isso não se pode pretender se superar dos limites a autorizar a pretensão objeto dos embargos ofertados, até porque a atribuição, em caráter excepcional, de efeitos infringentes aos embargos de declaração, exige necessariamente a ocorrência dos vícios elencados no artigo 1022 do Código de Processo Civil, hipótese não configurada nos presentes autos.

Aliás, mesmo já na vigência do atual CPC, tem-se por não cabíveis embargos de declaração contra decisão que não se pronuncie tão somente sobre argumento incapaz de infirmar a conclusão adotada, pois que também na redação do art. 1.022 do CPC atual, tem por causa os embargos, suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição existente no julgado.

Nesse sentido a orientação do STF (EDAg.Reg.no RE rio 156.576-9, RJ, em que foi Relator o Eminentíssimo Ministro Celso de Mello, 1ª Turma, DJU 6/9/95, p.27.397) pois que aí se decidiu que são incabíveis os Embargos Declaratórios, quando inexistentes os vícios que caracterizam os pressupostos legais de admissibilidade, venha esse recurso, com desvio de sua função jurídico-processual, a ser utilizado com a indevida finalidade de instaurar nova discussão sobre a controvérsia jurídica já apreciada pelo Tribunal; E, da mesma forma também entende o Superior Tribunal de Justiça (AI 169.073-SP, AgRg, 1ª Turma, em que foi Relator o Eminentíssimo Ministro José Delgado, v.u., DJU 17/8/98, p.44) que: “...o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio”.

Da mesma forma no âmbito local do TJ/SP, confira-se: “Embargos de declaração - Inexistência de omissões, obscuridades ou contradições no julgado Caráter infringente do recurso - Mera rediscussão do lema já abordado no aresto impugnado - Embargos rejeitados.” (Embargos de Declaração n. 56.205-5 - Assis - 9ª Câmara de Direito Público - Relator: Ricardo Lewandowski - 15.04.98 - V. U.); “Embargos de declaração - Omissão Inexistência - Caráter infringente do recurso - Embargos rejeitados”. (Embargos de Declaração n. 66.726-4 - Mairiporã - 1ª Câmara de Direito Privado - Relator: Gildo dos Santos - 29.06.99 - V.U.); “Embargos de declaração - Prequestionamento - Imprestabilidade da via processual eleita - Obrigação de se observar os limites traçados no artigo 535 do Código de Processo Civil - Decisão que analisou os pontos relevantes da questão apresentada e houve por bem em decretar, a extinção da ação, por entender inexistir, no caso, interesse de agir, dando, para tanto, as razões que julgou aplicáveis à espécie - Caráter infringente do recurso - Inadmissibilidade - Embargos rejeitados”. (Embargos de Declaração n. 27.248-4 - São Paulo - 8ª Câmara de Direito Privado - Relator: Debatin Cardoso - 10.02.99.).

No caso, relativamente às questões referidas, constou expressamente no v. acórdão: “... Deste modo, a produção de qualquer outra prova se revela desnecessária para o julgamento da lide sobretudo a prova oral ou pericial referidas pela autora, não implicando sua supressão no cerceamento de defesa alegado pela apelante. De fato, com base nas notas fiscais e duplicatas colacionadas e amparo nos demais elementos probatórios coligidos aos autos era possível solucionar a demanda, justificando-se o julgamento do processo no estado em que se encontrava tal como bem optou o douto sentenciante. Superada a preliminar, sem razão o apelo.

(...)

A prova dos autos como afirmado na r. sentença pelo julgador de Primeiro Grau, e de forma específica quanto aos títulos duplicata mercantil Documentos Auxiliares de Notas Fiscais Eletrônicas números 212389, 212392, 212396, 212401 e 212404, seguidos pelos protestos por indicação, fls. 55/64, explicita a legalidade e regularidade do negócio mercantil a autorizar o saque do título e sua exigência.

Cumprе ressaltar que os documentos juntados aos autos demonstram que, ao contrário do alegado pela parte apelante, a emissão das duplicatas foi regular, assim como a cessão de crédito à corré Libra, uma vez que o contrato de cessão juntado a fls. 224/244 contou com a assinatura da parte autora, não tendo sido questionada a regularidade de tal documento.

Não bastasse isso, a apelante sequer impugnou o 'print de conversa' juntado às fls. 286/288, no qual a sua funcionária não apenas confirmou o recebimento das mercadorias, como sequer fez qualquer das ressalvas que foram mencionadas na petição inicial, não cabendo em momento muito posterior, pretender justificar o não pagamento do valor devido com base em fatos que não possuem qualquer comprovação.

Em outras palavras, a autora não se desincumbiu do seu ônus, deixando de trazer qualquer documento aos autos que demonstrasse a descrição (i) das mercadorias entregues, (ii) das que não foram entregues e, ainda, (iii) daquelas entregues com problemas e devolvidas. Também não há comprovação de que houve reclamação feita pela parte autora à corré Artec, no sentido de que teria solicitado as notas de devolução dos produtos referidos com problemas...”, (fls. 377/378).

A pretendida revisão do v. aresto só pode ser feita nas instâncias superiores por via do recurso apropriado, se o caso.

Nesse sentido já se manifestou o Superior Tribunal de Justiça: “*Embargos de Declaração – Desnecessidade de abordar todos os pontos postos em discussão pelo embargante. O julgador não precisa responder, um a um, todos os pontos apresentados. Não há necessidade, outrossim, de expressa menção a todos os dispositivos legais invocados pelas partes. Importa é que todas as questões relevantes sejam apreciadas. A irresignação do recorrente e a tentativa de emprestar aos embargos de declaração efeitos modificativos não se mostra viável no contexto do art. 535 do C.P.C.*”. (RESP n. 844.778-SP. Terceira Turma. Relatora Ministra Nancy Andriighi. J. 08.03.2007).

Theotônio Negrão, em sua conhecida obra sobre o CPC/73, 30ª edição, página 560, alínea 10 ao artigo 535, anota o seguinte: “*Doutrina e jurisprudência têm admitido o uso de embargos declaratórios com efeito infringente do julgado, mas apenas em caráter excepcional, quando manifesto o equívoco e não existindo no sistema legal outro recurso para a correção do erro cometido*” (STJ-4ª Turma, REsp 1.757-SP, relator Min. Sálvio de Figueiredo, j. 13.3.90, deram provimento, v.u., DJU 9.4.90, p. 2.745) ”.

Na verdade, a parte recorrente, não se conforma com a decisão da Turma Julgadora que contrariou os seus interesses e argumenta no sentido de alterar a conclusão do julgado, imputando caráter infringente ao recurso, o que é incabível.

Ora, como se vê no v. acórdão ora embargado, a matéria discutida nos autos e os respectivos dispositivos legais, foram enfrentados pela Turma Julgadora, ou de modo expresso ou tácito, uma vez que ficaram bem



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

evidentes os motivos do julgamento do recurso.

Anote-se o seguinte precedente: “*São incabíveis embargos de declaração utilizados com a indevida finalidade de instaurar uma nova discussão sobre a controvérsia jurídica já apreciada pelo julgador*” (RTJ 164/793).

Por fim, fica advertida a parte embargante quanto à possibilidade da aplicação de multa prevista no art. 1.026, § 2º, do CPC, na eventual hipótese da oposição de embargos protelatórios.

Embargos rejeitados.

Des Henrique Rodriguero Clavisio
Relator